

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO AÇÃO DECOLONIZADORA: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS NO CONTEXTO DOS POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS

Angerlânia Rezende, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, <https://orcid.org/0000-0002-8284-6071>, Brasil, lanny.rezende3@gmail.com

Edivanio Duarte de Souza, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas - Universidade Federal da Paraíba, <https://orcid.org/0000-0002-7461-828X>, Brasil, edivanio.duarte@ichca.ufal.br

Eixo: Gênero, Pós-Colonialismo e Multiculturalidade

1 Introdução

A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas se moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? (Krenak, 2020, pp. 9).

A história do Brasil é marcada pelo colonialismo perpetrado nas relações sócio-históricas moderno-coloniais, iniciadas com a invasão do território no século XVI e prosseguidas por meio de relações sociais, políticas e culturais que se estendem até os dias atuais. O colonialismo não se restringiu à exploração econômica ou ao domínio físico das terras, mas construiu uma estrutura duradoura que organizou a sociedade brasileira em torno de hierarquias de poder, de saber e de ser, centradas na supremacia europeia e no silenciamento de outras formas de existência.

Embora o processo colonial tenha promovido uma convivência forçada entre diferentes culturas, essa interação não ocorreu em bases igualitárias. Ao contrário, os encontros culturais foram marcados por imposições violentas, apagamentos sistemáticos e tentativas de assimilação. As línguas, as espiritualidades e as formas de vida dos povos originários e africanos foram deslegitimadas, consideradas inferiores ou

“bárbaras”, e, muitas vezes, criminalizadas. Essa lógica de subordinação deu origem a estruturas sociais excludentes, que ainda hoje se refletem na desigualdade de acesso a direitos, na negação de identidades e na marginalização dos saberes tradicionais.

As elites coloniais impuseram uma ideia de civilização que desumanizava os povos originários e os africanos escravizados, justificando a dominação com base em argumentos racistas, religiosos e científicos. Essa visão eurocêntrica consolidou-se nas instituições, nas práticas educativas, nas políticas públicas e nas formas de narrar a história, criando um Brasil em que o passado colonial continua operando sob novas formas, o que muitos autores chamam de colonialidade. Ela se expressa, por exemplo, na permanência de estruturas que valorizam apenas os conhecimentos ocidentais e invisibilizam epistemologias indígenas e afro-brasileiras.

Essa imposição de narrativas eurocêntricas, baseadas na extorsão capitalista dos territórios e das riquezas da biodiversidade, assim como na exploração da força de trabalho dos povos indígenas resultou em formas de vulnerabilidade e exclusão que continuam a moldar as relações sociais e culturais desses grupos. Todo esse processo reforça desigualdades estruturais, onde saberes, práticas e modos de vida de povos marginalizados são sistematicamente

desvalorizados, enquanto as lógicas de acumulação capitalista e de dominação cultural persistem como forças modeladoras das interações contemporâneas.

Assim, a história do Brasil não pode ser compreendida sem o reconhecimento dos mecanismos de exclusão e de silenciamento que afetaram, e ainda afetam, os grupos historicamente menos favorecidos. Recontar essa história sob uma perspectiva crítica e decolonial é fundamental para desmontar os discursos dominantes e abrir espaços para outras narrativas, outras memórias e outras formas de saber. Valorizar as contribuições dos povos indígenas e afrodescendentes não é apenas uma questão de justiça histórica, mas uma condição para a construção de um país mais plural, equitativo e verdadeiramente democrático.

Para enfrentar as forças desse sistema capitalista, herdadas do colonialismo e responsáveis por transformar a vida em mercadoria, surgem movimentos dinâmicos de resistência que buscam questionar e transformar as estruturas opressoras surgidas da colonialidade. Esses movimentos se manifestam de diversas formas, como a valorização das epistemologias indígenas e afrodescendentes, a luta por direitos territoriais, ambientais e sociais e a promoção de práticas coletivas e solidárias que desafiam a lógica neoliberal.

Diante disso, pode-se considerar a competência crítica em informação (*critical information literacy*), como sendo um desses processos de resistência, compreendida como uma prática relativamente formativa profundamente política e emancipadora, que se alinha à decolonialidade e aos processos de resistência dos povos indígenas frente às opressões históricas. Ao promover o desenvolvimento da consciência crítica sobre as estruturas que controlam, filtram e legitimam o conhecimento, essa competência favorece a leitura crítica do mundo, permitindo que os sujeitos identifiquem mecanismos de exclusão, desconstruam narrativas coloniais e afirmem seus saberes em espaços onde historicamente foram silenciados. Trata-se de um instrumento de

enfrentamento decolonial, na medida em que busca não apenas democratizar o acesso à informação, mas a transformar em ferramenta de agência política e cultural.

Essa competência ainda atua como um meio de fortalecimento das epistemologias subalternizadas, ao estimular práticas de informação e de conhecimento que rompem com a hierarquização entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais. No caso dos povos indígenas, ela possibilita a revalorização de suas narrativas, suas cosmologias, suas memórias e seus modos próprios de se relacionar com o conhecimento, com o espaço e com o território. Através dela, emerge a possibilidade de construir contra-narrativas, nas quais os sujeitos não apenas resistem à colonialidade, mas também reivindicam o direito de narrar-se e de produzir conhecimento a partir de suas próprias referências, vivências, memórias e culturas.

Nesse contexto, a competência crítica em informação pode se apresentar como um processo de resistência, centrado no posicionamento crítico voltado ao desenvolvimento da capacidade de analisar, questionar e resistir às estruturas de poder e de opressão que afetam esses grupos em situação de vulnerabilidade (Rezende *et al.*, 2024).

Assim, essa competência visa mais do que o desenvolvimento de habilidades referentes à busca, à seleção e ao uso da informação, posto que provoca questionamentos e suscita a necessidade de propor soluções mediante a problematização crítica da informação. Ela evidencia disputas, opressões e discriminações, se atenta às lutas de classe e à transformação social do sujeito (Elmborg, 2006 & Downey, 2016).

Ademais, essa competência tem como objetivo despertar no sujeito o potencial de intervenção transformadora, uma vez que ela não se limita à crítica teórica, mas mobiliza o questionamento em direção à ação concreta. Ao evidenciar disputas simbólicas, tensões ideológicas e desigualdades sociais por meio da informação, a competência crítica convida os indivíduos a problematizarem a realidade

que os cercam e a se engajarem em práticas voltadas à justiça social, à equidade epistêmica e à inclusão. Com isso, ela contribui para o empoderamento informacional e político de sujeitos vulnerabilizados, promovendo a reconstrução de identidades, o reconhecimento de saberes e a possibilidade real de transformação dos contextos sociais em que estão inseridos.

Partindo dessa explanação, questiona-se: de que maneira a competência crítica em informação pode atuar como ação decolonizadora no contexto dos povos originários no Brasil? Com base nisso, objetiva-se refletir sobre as potencialidades dessa competência como ação decolonizadora no contexto dos povos originários, destacando sua contribuição para o enfrentamento da colonialidade do poder, do saber e do ser.

A pesquisa se justifica diante da permanência da colonialidade como estrutura de poder e saber, cujos efeitos, herdados do colonialismo histórico, ainda se manifestam de forma concreta no cotidiano das populações originárias. Essa lógica continua a marginalizar suas formas de conhecer, viver e se expressar, deslegitimando epistemologias ancestrais e modos de existência que resistem à homogeneização cultural imposta pelo modelo ocidental. Diante desse cenário de negação e de silenciamento, a competência crítica em informação surge como uma ação estratégica — não apenas de resistência, mas de reexistência — ao possibilitar que sujeitos indígenas desenvolvam ferramentas analíticas para questionar, reconfigurar e afirmar seus saberes e suas narrativas em meio às disputas simbólicas e epistêmicas contemporâneas.

Este estudo insere-se em uma pesquisa de doutorado cujo foco é a análise da competência crítica em informação em uma comunidade indígena situada na região Norte do Brasil, a partir de suas práticas socioculturais e informacionais. A investigação parte do reconhecimento da potência desses sujeitos em produzir conhecimento, memória e identidade em contextos atravessados pela exclusão, buscando compreender de que forma a competência crítica pode contribuir para o fortalecimento de suas lutas, para a

valorização de suas epistemologias e para a construção de caminhos coletivos voltados à justiça cognitiva e à autodeterminação. Trata-se, portanto, de uma proposta que alia reflexão teórica, escuta sensível e compromisso político com os povos historicamente marginalizados do Brasil.

2 Colonialidade: aspectos conceituais e esferas de atuação

As formas persistentes de dominação e de hierarquização provenientes da colonização se repetem e continuam a influenciar as sociedades contemporâneas, mesmo após o fim do colonialismo histórico. Maldonado-Torres (2008) evidencia de forma incisiva que a colonialidade não se limita ao período histórico do colonialismo, mas constitui um padrão persistente de dominação que sobreviveu ao fim das colônias formais. O autor salienta que:

[...] a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, pois, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo (Maldonado-Torres, 2008, pp. 131).

A colonialidade se refere, pois, a uma lógica de poder que articula o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações humanas com base em hierarquias raciais e na expansão do mercado capitalista global. Ao destacar que a colonialidade se mantém mesmo após a independência política dos países colonizados, Maldonado-Torres (2008) denuncia como as estruturas de exclusão e de subalternização continuam operando por meio de práticas institucionais, econômicas e

epistêmicas que naturalizam a inferiorização dos povos menos favorecidos.

Compreende-se também, com base na perspectiva de Quijano (2014), que a colonialidade não é um resquício do passado, mas sim um elemento estrutural e constitutivo do sistema-mundo capitalista moderno, que continua operando nas mais diversas esferas da vida social. Com efeito,

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal (Quijano, 2014, p. 73).

A colonialidade, conforme apresenta o autor, permeia todos os planos da existência: do material ao simbólico, do cotidiano ao estrutural, reafirmando constantemente a supremacia de um modelo eurocentrado de humanidade e marginalizando epistemologias, modos de vida e culturas que escapam a esse padrão.

Assim, observa-se, ainda com base no entendimento de Quijano (2014), a existência de três esferas de colonialidade, sendo essas a do poder, a do ser e do saber. A colonialidade do poder se manifesta na repetição de sistemas econômicos e políticos que privilegiam elites e nações ocidentais, mantendo desigualdades globais, materializando-se em instituições, processos políticos, condições econômicas e sociabilidades.

Já a colonialidade do ser alcança a constituição de subjetividades (gênero, sexualidade e raça, etc.), promovendo a desumanização e a marginalização de identidades, impondo normas e valores eurocêntricos que subjugam e silenciam as culturas e os modos de vida dos povos colonizados (Quijano, 2014), incluindo os povos negros e os povos indígenas. Essa

dimensão promove o processo de exclusão que abarcam o genocídio, o racismo, o sexism, entre outros.

A colonialidade do saber, por sua vez, refere-se à hegemonia do conhecimento europeu, que desqualifica e marginaliza outros sistemas de conhecimento, como os saberes indígenas e africanos, por exemplo, reforçando a ideia de que o conhecimento válido e legítimo é exclusivamente o produzido por parte do ocidente (Quijano, 2014).

Esses três aspectos são interligados e multiplica a lógica colonial, influenciando e limitando as possibilidades de emancipação e de autonomia dos povos e saberes subalternizados. Ademais, percebemos que a colonialidade não se limita a um evento histórico, mas é um processo contínuo que se manifesta em diversas esferas ainda na vida contemporânea (Mignolo, 2017). As estruturas coloniais permeiam também as instituições, os sistemas educacionais, os discursos midiáticos e as relações sociais, reproduzindo hierarquias de poder e marginalizando vozes e perspectivas não hegemônicas.

3 Decolonialidade: espaços de emergências e movimentos de resistências

Em contraponto à colonialidade, emerge a decolonialidade como movimento de grupos Latino-Americanos e Sul-Asiáticos, com o objetivo de valorização e de compreensão da sociedade em relação à produção de conhecimento dos grupos que, até então, eram desvalorizados, explorados e oprimidos pelos seus colonizadores (Quijano, 2014).

A decolonialidade, sob essa perspectiva, configura-se como uma proposta que visa desafiar e romper com os sistemas de poder impostos pela modernidade, buscando resgatar e valorizar formas de conhecimento, memória e história que foram por muito tempo invisibilizadas ou deslegitimadas, rotuladas como não legítimas, bárbaras, primitivas, místicas ou supersticiosas (Maldonado-Torres, 2008 & Oliveira & Gomes, 2021).

Vale ressaltar que, ao contrário da descolonização, que se refere ao processo jurídico-político de independência dos estados colonizados, a decolonialidade opera em outra dimensão: do pensamento, da subjetividade e da epistemologia. Dimensão esta que questiona os fundamentos do eurocentrismo e a imposição da modernidade como modelo único e universal de desenvolvimento, de ciência, de civilidade e de racionalidade. Como destaca Mignolo (2017), a colonialidade é a face oculta ainda presente na modernidade. Enquanto a decolonialidade se apresenta como progresso, a colonialidade sustenta-se por meio da subordinação de culturas, dos territórios e de populações inteiras.

Dessa forma, a decolonialidade representa uma mudança de foco e de perspectivas, ao invés de apenas incluir os saberes subalternizados no sistema dominante, busca reconhecer e valorizar outras formas de produção de conhecimento, enraizadas em experiências, em cosmovisões e em territorialidades distintas (Quijano, 2014). Isso inclui, por exemplo, os saberes indígenas, os afrocentrados, e os quilombolas, que, até então, eram excluídos das instituições formais de ciência e educação, por serem considerados “místicos”, “orais”, “não científicos” ou “arcaicos”.

Para Santos (2023), a decolonialidade não é um “giro teórico”, mas um “giro da vida”. Em sua obra, ele afirma que não se trata apenas de denunciar a colonialidade imposta pelos europeus, mas de recusar o modelo civilizatório ocidental como a única referência existente no mundo. Um dos pontos centrais de sua crítica é a ideia de que os povos indígenas, os negros e os quilombolas do Brasil não precisam somente se integrarem aos modelos ocidentais de desenvolvimento — com suas ideias de progresso, de produção e de consumo —, mas sim reafirmarem suas formas próprias de viver, de produzir, de cuidar da terra e de educar. “Decolonizar é criar o que nos serve, o que nos nutre, o que nos permite viver bem sem precisar da permissão do mundo branco” (Santos, 2023, pp. 39).

4 Competência crítica em informação na perspectiva decolonial

No cenário decolonial, a competência crítica em informação surge como uma ação estratégica, ao favorecer o acesso, a análise crítica e o uso de informações e saberes que fortalecem as identidades e as culturas dos povos originários, contribuindo para uma compreensão mais ampla de suas lutas e de seus processos de resistência.

Jenkins (2006) oferece uma definição bastante relevante e introdutória sobre o escopo da competência crítica em informação. Ao caracterizá-la como sendo um campo de estudo que se dedica à análise e avaliação de informações com o objetivo de desenvolver um entendimento mais profundo e crítico sobre as fontes, os contextos, as vivências e os conteúdos, o autor aponta para três dimensões fundamentais que merecem destaque.

A primeira delas é composta pela análise e avaliação como eixo central, uma vez que a competência crítica não se limita ao simples acesso ou coleta de dados. Ela exige um posicionamento reflexivo, crítico e ativo do sujeito diante de determinadas situações (Jenkins, 2006).

A segunda, conforme Jenkins (2006), é o entendimento profundo das fontes, dos conteúdos e dos contextos, visando formar os sujeitos a serem capazes de identificar as intenções, os vieses e as lacunas. O que no contexto dos povos originários é bem importante, no sentido de saberem identificar as manipulações externas, a opressão, e a exclusão epistêmica e política.

A terceira dimensão, apresentada Jenkins (2006), se refere ao reconhecimento dos contextos e das produções informacionais. Com efeito, saber reconhecer e compreender uma informação não depende somente de critérios técnicos, mas também dos contextos que moldam a forma como a informação é produzida e recebida. Esse aspecto torna a competência crítica especialmente poderosa para análises decoloniais, pois permite questionar quais saberes são reconhecidos como válidos e quais são sistematicamente invisibilizados.

Assim, diante da urgência de romper com as práticas coloniais, hegemônicas e opressoras ainda presentes no cotidiano, a competência crítica em informação ocorre como uma prática essencial na formação de sujeitos conscientes e ativos frente à exclusão epistêmica. Ao desenvolverem a capacidade de analisar criticamente os discursos informacionais, os sujeitos passam a questionar as estruturas que historicamente invisibilizam determinados saberes — especialmente os dos povos indígenas — e a reconhecer as múltiplas formas de conhecimento existentes para além da racionalidade ocidental (Brisola, 2021).

Quanto à finalidade da competência crítica em informação, na concepção de Tewell (2015), ela visa fomentar a capacidade dos sujeitos de reconhecer e questionar as estruturas de poder implícitas nos sistemas informacionais, promovendo, assim, a consciência sobre os mecanismos de dominação que operam no acesso e controle do conhecimento. Essa competência, ao possibilitar o empoderamento informacional, transforma-se em ação de resistência, sobretudo, para populações historicamente marginalizadas, como os povos indígenas, que tiveram seus saberes silenciados ou apropriados sem consentimento. Assim,

[...] a competência crítica aborda a informação não somente como um processo de necessidade, uso e busca da informação, mas sob uma perspectiva de induzir o indivíduo para um aprendizado contínuo associado a uma reflexão crítica e ética sobre as informações. Essas reflexões demonstram que o desenvolvimento da autonomia no sujeito informacional fortalece o seu papel de cidadão e consequentemente interfere nas mudanças sociais, assim como na elaboração de estratégias de como lidar com os recursos tecnológicos (Furtado *et al.*, 2021, p. 839).

Logo, a postura crítica e, mais especificamente, a competência crítica em informação surgem como atitudes teórico-

práticas fundamentais para desafiar e subverter essas estruturas de dominação. Ao desenvolver habilidades de análises e de questionamentos, em meio a experiências vividas, as contradições sociais e as lutas concretas, os indivíduos são levados a conhecer, a reconhecer e a desnaturar essas formas de poder abusivas que, no entendimento de Mignolo (2017), subjazem às relações sociais e institucionais. Isso inclui a capacidade de identificar e de confrontar manifestações contemporâneas de colonialismo, uma vez que:

A competência crítica em informação [...] representa uma linha conceitual que reflete sobre as competências em informação para além das vias formais de ensino, visto que tenciona o papel do sujeito informacional sob uma perspectiva menos prescritiva de sua atuação perante os problemas informacionais, considerando, em primeira instância, as relações díspares dos sujeitos em seus contextos sociais, o que impede a formação de um perfil que tende à uniformização de um possível “sujeito competente em informação” (Oliveira & Souza, 2022, pp. 78).

A proposta de uma competência crítica em informação deslocada do foco das habilidades técnicas e formais para uma compreensão mais ampla, que envolve a formação política, social e cultural do sujeito informacional, é um diferencial desse tipo de competência. Trata-se de uma abordagem que valoriza a pluralidade de saberes e experiências, e que comprehende que não é possível exigir padrões uniformes de competência em realidades marcadas por profundas desigualdades de acesso, de reconhecimento e de valorização dos saberes.

Segundo Schneider (2019), a criticidade presente nessa competência está diretamente relacionada à capacidade de problematizar os sistemas de poder que moldam a produção, a circulação e a legitimação da informação. Para o autor, essa competência não se limita a habilidades técnicas de busca ou avaliação de fontes, presente na competência em informação, mas se ancora em uma postura

reflexiva e politicamente engajada diante das desigualdades informacionais. Ela implica em desconstruir discursos dominantes, identificar relações de opressão e compreender os processos históricos e sociais que silenciam certos grupos e saberes, especialmente os que estão à margem dos cânones institucionais, como os povos indígenas, comunidades negras e periféricas. Assim, a criticidade, nesse contexto, é o que permite transformar a informação em instrumento de emancipação e resistência.

A competência crítica em informação “é, portanto, fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade informada e participativa” (Silva, Prado & Llarena, 2024, p.4). Essa competência ajuda a tornar os sujeitos capazes de se posicionarem criticamente diante das estruturas de poder e mecanismos opressores. O fato é que, quando bem articulada e aplicada, esse tipo de competência possibilita o surgimento de práticas inclusivas e emancipadoras.

Assim, essa perspectiva crítica é fundamental para pensar práticas informacionais mais inclusivas e justas, sobretudo, em contextos marcados por exclusões históricas, pois, ao invés de medir o sujeito por uma régua normativa, a competência crítica propõe compreendê-lo em sua singularidade e potência de resistência, apropriação e produção de sentidos informacionais.

5 Por uma história indígena decolonial a partir da informação indígena

Compreender a informação indígena é um elemento-chave para a reconstrução e a afirmação das memórias, das identidades e das cosmologias dos povos originários. Seu reconhecimento e sua valorização possibilitam romper com as narrativas coloniais que historicamente silenciaram, distorceram ou marginalizaram os seus saberes. Ao tornar visíveis os modos próprios de produzir, de conservar e de transmitir o conhecimento — enraizados em práticas orais, espirituais, territoriais e comunitárias —, a informação indígena se consolida como instrumento de

resistência epistemológica e de justiça cognitiva. Decolonizar a história, nesse sentido, passa por reconhecer essas fontes como legítimas e necessárias para uma compreensão plural do mundo, reafirmando a dignidade, a autonomia e os projetos de vida dos povos originários.

Nesse contexto, a informação indígena compreendida como manifestação viva de cosmologias, de narrativas, de práticas sociais e de formas de relação com o território (Krenak, 2019), foi, historicamente, marginalizada, silenciada e, por vezes, criminalizada.

Não se podendo negar, que os índios deste Estado se conservaram até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertões, em que nasceram, praticando os péssimos, e abomináveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mistérios da nossa Sagrada Religião [...] (Almeida, 1997, pp. 174).

O trecho, retirado de Almeida (1997), exemplifica e expressa um dos tantos discursos coloniais eurocêntrico que justificava as políticas de assimilação cultural e religiosa impostas aos povos indígenas durante o século XVIII, no Brasil, por exemplo. No contexto do Diretório dos Índios — instituído em 1757 como parte das reformas pombalinas — os indígenas eram considerados “bárbaros” e “pagãos”, alheios à “civilidade” europeia e ao cristianismo. A imposição dessa lógica justificava, do ponto de vista colonial, a conversão forçada, a supressão de línguas nativas e a reeducação dos corpos e das mentes indígenas dentro de um modelo ocidental normativo, cruel e desrespeitoso.

Observa-se, portanto, que os processos coloniais não operaram apenas por meio da violência física ou da dominação territorial, mas também pelas vias da violência epistêmica e da substituição dos sistemas de conhecimento dos povos subalternizados. Isso implicou a imposição de padrões ocidentais de

linguagem, ensino, legislação, e religiosidade como os únicos válidos ou “civilizados”, sendo os de seus colonizadores.

Os povos originários, no contexto da colonialidade, foram vistos como “sem voz” ou “sem história”, mas no movimento decolonial, eles se tornam autores de suas próprias narrativas, produzindo conhecimento, arte e política em seus próprios termos.

Os povos indígenas aprenderam a dominar as ferramentas do “branco” para poder nela expressar suas reivindicações, alteridade, identidade, estéticas, epistemologias e saberes específicos inerentes a eles. Com a escrita e, cada vez mais, a utilização de mídias, lideranças e intelectuais indígenas falam, escrevem e se manifestam em favor da defesa dos variados povos existentes no Brasil. A literatura tornou-se, desse modo, uma voz-práxis para que suas vozes sejam escutadas, para que de alguma forma eles possam ter acesso aos direitos que lhe foram tirados (Dorrico, 2017, p. 66).

No entanto, sob a perspectiva decolonial, o domínio dessas ferramentas, que antes eram apenas instrumentos de dominação, agora é ressignificado como estratégia de resistência, de luta e reexistência. Ao se apropriarem criticamente da linguagem, da literatura e das tecnologias de mídia, intelectuais, lideranças e escritores indígenas constroem novos espaços de visibilidade, onde podem expressar sua pluralidade cultural, política, epistêmica e estética. A literatura indígena contemporânea, por exemplo, vem se tornando uma prática discursiva e política que desafia o monopólio ocidental sobre os saberes e a narrativa histórica, recuperando memórias silenciadas, reafirmando identidades coletivas e tensionando o racismo estrutural e o epistemocídio ainda vigentes.

Frente a isso, autores indígenas como Kopenawa e Albert (2010), Krenak (2019), Dorrico (2020) e Santos (2023), entre outros,

têm reivindicado o direito à existência plena dos povos originários do Brasil, não apenas como sujeitos de direito jurídico, mas como sujeitos de saber. Segundo Krenak (2019), a tentativa histórica de “civilizar” os povos indígenas foi, na verdade, um projeto de apagamento de sua humanidade plural, de sua relação espiritual com a terra e de sua forma não fragmentada de ver o mundo. Em suas palavras, resistir à lógica da civilização imposta é uma forma de adiar o fim do mundo.

Ainda na perspectiva de Krenak (2019), a ausência de políticas educacionais interculturais eficazes, a contínua desvalorização das línguas indígenas e a resistência institucional à incorporação de epistemologias não ocidentais evidenciam a persistência da lógica colonial no presente. Nesse contexto, reconhecer e valorizar a informação indígena vai além de um gesto simbólico: trata-se de uma exigência ética, política e epistêmica, fundamental para a promoção da justiça cognitiva.

Nesse sentido, vale ressaltar também a importância de se reconhecer, sistematizar e compreender, o conceito de informação indígena como um campo de estudo, como uma concepção decolonial. Essa conceituação é oferecida por autores como Paiva (2013), que amplia o entendimento sobre a informação indígena ao compreendê-la como um conjunto diverso de registros e saberes produzidos pelos próprios povos indígenas ou sobre eles, independentemente do suporte em que se manifestem. Dada sua natureza complexa e multifacetada, esse conceito se articula com diversas áreas do conhecimento, como Antropologia, Linguística, Educação, Saúde, Direito e Arte, entre outras.

Para Dorricó (2020), as fontes de informação que contêm saberes indígenas possibilitam que os próprios povos originários assumam o protagonismo na construção de seus conhecimentos, reelaborando suas histórias de forma ativa e crítica. Essa perspectiva rompe com visões coloniais que associam suas trajetórias a traumas ou apagamentos e refuta, sobretudo, a ideia de

desaparecimento desses povos após o processo de colonização.

Rezende *et al.* (2023) complementam essa visão ao enfatizarem que as fontes especializadas em informação indígena podem tanto ser produzidas por sujeitos indígenas quanto se referir a eles, utilizando diferentes canais, desde os meios tradicionais, como os livros, os museus, as bibliotecas e os arquivos, às plataformas digitais, como os repositórios, as bases de dados, as redes sociais, os documentários e os portais governamentais.

Compreender o conceito de informação indígena é essencial para reconhecer, valorizar e preservar os modos de vida, e suas práticas culturais e os saberes tradicionais desses povos. Trata-se de uma via concreta para promover justiça social e inclusão, à medida que se reconhece a riqueza de conhecimentos produzidos ao longo de gerações, muitas vezes silenciados ou esquecidos pelas imposições coloniais. Dessa maneira, essa compreensão se torna fundamental para impulsionar ações que visem à equidade, à autonomia e ao bem-viver das comunidades indígenas em toda a sua diversidade.

A informação indígena é também uma forma de reconstrução identitária e de fortalecimento político: ela permite que os próprios povos narrem suas histórias, sem mediações coloniais, e consolidem suas memórias e seus direitos em meio a uma sociedade que, muitas vezes, ainda os nega. Esse tipo de informação revela uma dimensão essencial da luta dos povos indígenas: sua capacidade de agir estratégicamente, de reinterpretar o território, e de negociar espaços de existência frente às forças coloniais e aos múltiplos processos de opressão.

Esse protagonismo, muitas vezes apagado pela historiografia tradicional, não se limita à resistência física ou à permanência territorial. Ele se manifesta em formas sutis e complexas de reinvenção cultural, mobilização política, negociação interétnica e reafirmação identitária, diante de contextos de violência, expropriação e negação de direitos (Apolinário & Amorim, 2021).

Nesse sentido, o protagonismo indígena também se manifesta de maneira resiliente em ações de reinvenção cultural, como o fortalecimento de línguas nativas, o resgate de saberes ancestrais e a adaptação de práticas tradicionais a novos contextos. Do mesmo modo, ganha forma na mobilização política organizada, que inclui a criação de movimentos sociais, organizações indígenas, participação em conferências e elaboração de reivindicações baseadas em direitos constitucionais e tratados internacionais.

Além disso, o acesso qualificado à informação indígena, tanto internamente, entre os membros da comunidade, quanto externamente, em espaços de diálogo intercultural, promove a visibilidade das cosmovisões indígenas, desmistifica estereótipos e amplia a compreensão da sociedade sobre a diversidade étnica e epistêmica do país. Trata-se, portanto, de um instrumento de empoderamento coletivo, que alimenta a autonomia cultural, epistêmica e política, ao mesmo tempo em que desafia as estruturas de poder que historicamente marginalizaram os povos originários no Brasil.

Vale lembrar que essa informação não se restringe somente a dados ou registros formais, ela inclui também processos de convivências como as narrativas orais, os cantos, a arte, a espiritualidade, a relação com o território e os modos comunitários de aprender e ensinar, suas ancestralidades e suas práticas sustentáveis. Quando acessada, preservada e compartilhada sob os próprios critérios das comunidades, torna-se uma peça poderosa de resistência e de reexistência. Ao serem protagonistas de suas narrativas e guardiões de seus saberes, os povos indígenas fortalecem suas lutas por direitos, terras, educação diferenciada, saúde intercultural e participação política.

6 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizada caracteriza-se como sendo descritivo-explicativa, conforme a perspectiva de Minayo (2010), com o intuito de analisar os efeitos decoloniais de ações em torno da competência crítica em informação.

Concernente à abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca compreender fenômenos em sua complexidade, explorando dimensões que não podem ser quantificadas (Minayo, 2010).

Os resultados parciais tiveram como base três categorias: 1) domínios da competência crítica em informação - capacitar os indivíduos para avaliar, interpretar e utilizar a informação de maneira crítica e reflexiva; 2) ações decolonizadoras - desafiar e desmantelar estruturas de poder colonial que perpetuam desigualdades e injustiças; e 3) diretrizes estratégicas - reconhecer e desafiar estruturas opressivas e narrativas dominantes, promover saberes locais e tradicionais, e incentivar o olhar crítico, reflexivo e atento.

As categorias analíticas deste estudo foram definidas a partir de uma revisão bibliográfica sistemática realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), por meio da seleção criteriosa de fontes relevantes ao campo da competência crítica em informação e sua interface com os saberes indígenas e estudos decoloniais.

Este trabalho integra uma pesquisa em nível de doutorado, cujo foco principal é a competência crítica em informação no contexto de uma comunidade indígena situada na região Norte do Brasil.

7 Resultados Parciais

Propõe-se um conjunto de diretrizes da competência crítica em informação que podem se apresentar como ações decolonizadoras no contexto dos povos originários. Apesar das diversas abordagens acerca da competência crítica em informação, é importante compreendê-la como possibilidade de enfrentamento e de superação do estado de opressão

característico de algumas sociedades em decorrência das relações modernas, capitalistas e patriarcas, que hierarquizaram e dividiram geopoliticamente o mundo (Ballestrin, 2013).

Assim, esse tipo de competência pode ser útil no processo de decolonização, permitindo que grupos marginalizados acessem, interpretem e utilizem informações de maneira que promovam a justiça social, a valorização cultural e a autodeterminação, quebrando formas abusivas de capitalismo e enfraquecendo paulatinamente barreiras de opressão.

Oliveira e Souza (2022) consideram que a competência crítica em informação pode contribuir para a autonomia e a emancipação dos sujeitos, capacitando-os a participarem de forma ativa e informada na sociedade.

Essa competência constitui uma abordagem teórica-conceitual alicerçada nos fundamentos do pensamento crítico, caracterizando-se por sua complexidade e por oferecer contribuições relevantes à consolidação de uma base conceitual consistente (Manhique, Casarin & Ançanello, 2023). No contexto dos povos indígenas do Brasil, essa perspectiva assume um papel essencial, na medida em que ela fortalece a pluralidade de saberes e sustenta a luta por reconhecimento, autonomia cultural e soberania informacional das comunidades originárias. Além disso, ela se preocupa com a emancipação e protagonismo do sujeito e a participação libertadora dele na sociedade.

No Quadro 1, são apresentadas algumas contribuições dessa competência à decolonialidade, nas esferas do poder, do ser e do saber.

Quadro 1: Contribuições da competência crítica da informação à decolonialidade

Ação	Domínio	Efeito
Questionar modos e narrativas dominantes	Poder	Emancipação crítica do sujeito. Contribui para identificar narrativas históricas, sociais, culturais e opressoras impostas pelo colonialismo.
Desconstruir formas de preconceitos e de ideias estereotipadas	Ser	Desenvolvimento de habilidades críticas do sujeito. Permite questionar fatos e acontecimentos, tornando-o capaz de identificar e de desconstruir preconceitos e ideias estereotipadas, perpetuados pela colonialidade.
Reconhecer o conhecimento como diverso e plural	Saber	Reconhecimento e valorização de diferentes formas de conhecimentos, incluindo os saberes tradicionais indígenas.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A primeira ação apresentada no Quadro 1, se relaciona ao questionamento dos modos e das narrativas dominantes. Essa ação está diretamente ligada à colonialidade do poder, que atua impondo hierarquias, desigualdades sociais, étnicas e econômicas, dentre outras, independente da atualidade (Quijano, 2014 & Mignolo, 2017). Ao questionar as narrativas dominantes, muitas vezes naturalizadas como verdades históricas, o sujeito se emancipa criticamente e se torna capaz de reconhecer e rebater os mecanismos de silenciamento e de exclusão que subalternizaram suas comunidades. Essa ação de questionar, característica da competência crítica em informação, favorece à emancipação crítica, contribuindo para a identificação de narrativas históricas, sociais, culturais e opressoras impostas pelo colonialismo.

A segunda ação apresentada no Quadro 1, se refere a desconstruir as formas de preconceitos e de ideias estereotipadas. Essa ação visa combater à colonialidade do ser, que desumaniza e inferioriza os sujeitos não alinhados à norma ocidental hegemônica. Desconstruir estereótipos os quais retratam os indígenas do Brasil como “primitivos”, “selvagens” ou “folclóricos”, (Krenak, 2019 & Dorrico, 2020). Essa ação é essencial para que o sujeito recupere sua humanidade plena e

sua identidade cultural. Essa ação crítica amplia a consciência de si e do outro, fomentando processos de reconhecimento intercultural e de resistência simbólica. Observa-se nessa ação o desenvolvimento de habilidades críticas do sujeito, que permite questionar fatos e acontecimentos, tornando-o capaz de identificar e desconstruir preconceitos e ideias estereotipadas, perpetuados pela colonialidade. Esse olhar crítico e reflexivo presente na competência crítica é vital para combater a reprodução de discursos excludentes, assim como, reconhecer e valorizar a pluralidade epistêmica produzida existente, bem como, promover práticas informacionais comprometidas com a equidade e com a superação das lógicas coloniais ainda vigentes nas instituições, nas mídias e em tantos outros espaços sociais.

Já a terceira ação do Quado 1, é voltada a reconhecer o conhecimento como diverso e plural. Essa ação toca diretamente na colonialidade do saber, isto é, a imposição do pensamento ocidental como sendo o mais verídico e racional do mundo (Quijano, 2014). Reconhecer o conhecimento e os saberes como plurais, significa considerar e aceitar os saberes dos povos originários, compreendendo sua legitimação e seu valor. Dignificar essas epistemologias é um ato de resistência e de reconfiguração do campo informational dos saberes desses povos. O efeito dessa ação desenvolvido através da competência crítica, se dá pelo reconhecimento e pela valorização de diferentes formas de conhecimento, incluindo os saberes tradicionais indígenas do Brasil.

Observa-se sinteticamente as correlações entre esses três pilares da decolonização - poder, ser e saber -, e a proposta de ações concretas que podem ser operacionalizadas em contextos comunitários. O Quadro 1, também, está em sintonia com a proposta da competência crítica em informação, como ação decolonizadora, pois estimula a postura reflexiva e a leitura crítica do mundo.

Assim, por intermédio do olhar crítico, os sujeitos podem se engajar em processos de decolonização que busquem desconstruir as

hierarquias e privilegiar as vozes silenciadas, sobretudo, em torno daquelas comunidades que permanecem em situação de alta vulnerabilidade.

A eficácia da competência crítica está nitidamente ligada à capacidade de reconhecer, de conscientizar, de lutar e de superar desafios, incluindo a apropriação de discursos críticos e a resistência às narrativas dominantes. Com efeito, a partir do desenvolvimento dessa competência, crítica consciente e comprometida, é possível promover processos de decolonização que contribuam para a construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas.

Para os povos originários, desenvolver um olhar crítico significa questionar a versão oficial da história que os apresenta como atrasados, passivos ou extintos, e, em seu lugar, afirmar sua existência, agência e contribuição na formação do Brasil, por exemplo, e de suas culturas. Esse olhar crítico está enraizado em suas cosmologias, territorialidades, memórias orais, línguas e modos de cuidar da vida e da terra.

Ao se apropriarem de discursos críticos, os povos indígenas não apenas adentram em espaços, mas reconfiguram esses espaços, transformando-os com suas epistemologias.

Portanto, quando os povos indígenas desenvolvem e aplicam a competência crítica, de maneira situada e ancestral, não estão apenas reivindicando voz, mas refazendo o mundo. Estão propondo outras formas de viver, baseadas na reciprocidade com a natureza, no coletivo, na oralidade e na memória longa. Promovem, assim, processos de decolonização do saber, do ser e do poder, conforme propõem pensadores decoloniais como Quijano (2014) e Mignolo (2017).

Assim, a eficácia da competência crítica para os povos indígenas reside na sua capacidade de recuperar territórios, curar memórias, reconectar saberes e reorganizar o futuro sob suas próprias lógicas. Trata-se não apenas de inclusão, mas de transformação radical das estruturas que historicamente marginalizaram, silenciaram, violentaram e apagaram suas formas de poder, de ser e de saber.

8 Considerações Finais

As discussões empreendidas ao longo deste trabalho evidenciam as potencialidades da competência crítica em informação como uma ação estratégica e transformadora no campo da decolonialidade. Mais do que uma habilidade técnica, o desenvolvimento dessa competência se revela como um movimento político, pedagógico e epistêmico, capaz de impulsionar processos de enfrentamento às condições históricas de esquecimento, invisibilização e subalternização impostas aos povos originários. A partir dela, é possível tensionar os regimes hegemônicos de produção, circulação e validação do conhecimento, propondo uma nova ética informacional, sensível à pluralidade de saberes e às memórias silenciadas pela colonialidade.

As ações decolonizadoras fomentadas pela competência crítica em informação podem desempenhar um papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual os povos indígenas, assim como as comunidades afrodescendentes e outros grupos socialmente marginalizados, tenham não apenas suas vozes amplificadas, mas, sobretudo, seus modos de conhecer, ser e viver reconhecidos como legítimos. Isso implica a necessidade de reconfigurar os espaços educacionais, culturais e científicos, de forma a incorporar epistemologias plurais e práticas informacionais baseadas no respeito, na escuta e na reciprocidade.

Neste sentido, a competência crítica em informação deve ser entendida como uma forma ativa de resistência social, operando junto às comunidades subalternizadas por meio de processos dinâmicos de decolonização do poder, do saber e do ser. Ao possibilitar que sujeitos historicamente excluídos acessem, avaliem e reapropriem-se criticamente das informações que circulam sobre si mesmos e sobre o mundo, essa competência contribui para reverter processos de epistemicídio, resgatar narrativas ancestrais e fortalecer identidades coletivas.

Na prática, isso envolve desconstruir mitos, estereótipos e representações

distorcidas impostas ao longo de séculos de dominação colonial e neocolonial, permitindo o surgimento de novas narrativas que partam dos próprios povos originários. Trata-se, portanto, de promover uma revalorização dos saberes ancestrais, da oralidade, das línguas nativas, das práticas comunitárias e das cosmologias indígenas, muitas vezes, tratadas como “não conhecimento” pelo paradigma ocidental dominante.

Ao fim, a competência crítica em informação, assumida como prática decolonizadora, abre caminhos para um projeto de sociedade mais plural, radicalmente democrático e sensível às diferenças. Um projeto no qual a informação não seja apenas um instrumento de controle e de normatização, mas, sobretudo, um meio de emancipação, de reexistência e de justiça cognitiva.

9 Referências

- Almeida, R. H. (1997). O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII,. Editora UnB, 1997.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. (11), 89–117. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcn/article/view/2069>.
- Brisola, A. C. (2021). Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante às distopias informacionais contemporâneas. 293f. [Dissertação de doutoramento, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Dorrico, J. (2020). Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. Em Dorrico, J. & Danner, L. & Correia, H. & Danner, F. organizadores. Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora.
- Downey, A. (2016). Critical Information Literacy: foundations, inspiration and ideas. Sacramento, CA: Library Press Juice.
- Elmborg, J. (2006) Critical information literacy: implications for instructional practice. The Journal of Academic Librarianship. 32 (2).
- Furtado, R. L. et al. (2021). Panorama brasileiro sobre os estudos de competência crítica em informação. RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, DF. 14 (3). <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/index>.
- Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kopenawa, D. & Albert, B. (2010). A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras.
- Maldonado-Torres, N. (2008). La descolonización y el giro des-colonial. Tabula Rasa, 9(61). <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf>.
- Mignolo, W. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista brasileira de ciências sociais. 32 (94) 1-18. <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>.
- Minayo, M. C. S. (2010). Pesquisa social: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, M. L. P. & Souza, E. D. (2022). Competência crítica e desordem da informação: da atuação dos agentes ao

- protagonismo social. Em Bezerra, A. C. & Schneider, M. (Orgs.). Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT.
- Oliveira, D. B. & Gomes, R. C. & Souza, E. D. (2021). Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*. 35(74). <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/55175>.
- Paiva, E. B. (2013). Narrativas indígenas: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação. 2013.199f. [Dissertação de doutoramento, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa].
- Quijano, A. (2014). Colonialidad del poder y clasificación social. Buenos Aires: Clacso.
- Rezende, A. & Paiva, E. B. & Souza, E. D. (2024). Competência crítica em informação como estratégia decolonizadora: aproximações teórico-conceituais em torno dos povos originários. Em Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Vitória. Anais [...] Vitória: PPGCI/UFES. <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2772/1597>.
- Santos, A. B. (2023). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora.
- Silva, S. T. & Prado, M. A. R. & Llarena, R. A. S. (2024). A competência crítica em informação na era da pós-verdade: uma análise conceitual para desenvolvimento do profissional da ciência da informação. Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro. 11(1). <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/7136>.
- Schneider, M. (2019). CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. Em: Arthur Coelho Bezerra *et al.* (Org.). iKrítica: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond.
- Tewell, E. (2015). A decade of critical information literacy. *Communications in Information Literacy*. 9(1). <https://pdxscholar.library.pdx.edu/commfolit/vol9/iss1/2/>.

NOTAS

¹ Este trabalho foi realizado no escopo das atividades do Projeto “Socialização do Método do Estudo Imanente em Informação”, Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023, sob a supervisão do Professor Doutor Edivanio Duarte de Souza.